

# Desigualdade socioespacial e mobilidade residencial: a metrópole do Rio de Janeiro nos anos 80

*Luciana Corrêa do Lago*

Recessão, precarização do trabalho, pobreza e concentração de renda caracterizaram os anos 80 como a “década perdida”. Estudos recentes (Faria, 1992; Rocha, 1994) têm destacado a natureza cíclica da crise, especialmente no que se refere ao nível de pobreza, com períodos de forte recessão e alta proporção de pobres (início e fim da década) intermediados por uma fase de crescimento econômico<sup>1</sup> (os anos de 1985 e 1986). Além da queda geral dos rendimentos do trabalho, acentuou-se na década a desigualdade de sua distribuição.

As alterações nas condições monetárias de reprodução, nos anos 80, guardam estreita relação com a precarização das relações de trabalho verificada no período. Entre as regiões metropolitanas do País, independentemente do nível de desenvolvimento econômico, as mudanças no mercado de trabalho foram bastante semelhantes, caracterizando-se pela substituição dos empregos com carteira assinada por empregos sem carteira ou por trabalho por conta própria (Sabóia, 1994). Em síntese, os trabalhadores brasileiros, e, particularmente, aqueles que viviam nas metrópoles, tornaram-se, ao longo dos anos 80, mais pobres no que se refere à renda e mais vulneráveis quanto à estabilidade do trabalho. À precarização de tais condições objetivas soma-se, ainda, a inflexão nas expectativas de ascensão social que começaram a deixar de ser subjetivamente incorporadas por grande parte da população (Faria, 1992).

Se o trabalho e a renda foram quase que instantaneamente afetados pela crise econômica, o mesmo não se verifica em relação à crise do Estado e sua repercussão nas condições de acesso aos serviços de consumo coletivo, que apresentaram no período sinais inequívocos de melhora. Uma série de indicadores sociais referentes à Educação, à Saúde e à Moradia apontou uma significativa elevação nas condições de vida dos brasileiros: taxas como de analfabetismo, de jovens fora da escola, de mortalidade infantil e de moradia sem saneamento básico sofreram decréscimo na última década (Faria, 1992;

Ribeiro e Lago, 1995). A nova conjuntura política que se instaurou no País com a volta das elei es diretas e dos movimentos reivindicatórios e, ainda, os efeitos de longo prazo das políticas sociais implementadas até o período da Nova República podem explicar, pelo menos em parte, a melhoria nas condi es sociais da popula o nos anos 80.

Ante esse quadro geral de crise econ mica e mudanças nas condi es de reprodu o social serão analisadas a seguir as especificidades da metrópole do Rio de Janeiro, no que se refere às altera es no padrão de desigualdades socioespaciais vigente até então. Parte-se da idéia de que novos fluxos populacionais e de capitais, resultantes tanto das transforma es econ micas mais gerais quanto da dinâmica propriamente urbana vêm alterando a estrutura socioespacial das grandes cidades. Tal estrutura, portanto,   ao mesmo tempo resultado e condicionando de um processo dinâmico, em que o fen meno da mobilidade espacial dos diferentes setores sociais evidencia e explica possíveis altera es no padrão de diferencia o social do espaço metropolitano.

## Crise econ mica e as altera es na produ o do espaço construído

A crise econ mica iniciada nos anos 80 e, em particular, a crise do setor público alteraram profundamente a estrutura de provisão de moradia das grandes cidades brasileiras nos três segmentos que a compunham: a produ o empresarial, a produ o popular e a produ o estatal. Essas altera es tiveram estreita rela o com as novas tendências de organiza o interna do espaço metropolitano.

O papel central desempenhado pelo Estado, por meio do SFH (Sistema Financeiro da Habita o), garantiu a expansão da forma empresarial de produ o de moradia. A partir dos anos 60, o pequeno especulador cedeu lugar, na dinâmica de constitui o do espaço construído,   grande empresa imobiliária “cuja a o era até então limitada pelas dificuldades decorrentes da inexistência de um mecanismo capaz de centralizar poupanças para financiar os empreendimentos” (Lago e Ribeiro, 1996, p. 42). Como conseq ncia, as cidades brasileiras conheceram, no período 1970/1980, um extraordinário crescimento dos edifícios de apartamentos produzidos para as classes médias nas áreas centrais, o que consolidou o padrão segregador de estrutura o do espaço urbano, caracterizado, grosso modo, pela moderna produ o residencial no centro e pela conseqüente expulsão das camadas populares para a periferia. A partir da segunda metade da década de 80, esse padrão vem se alterando em razão da crise da produ o empresarial.

A derrocada do SFH e os efeitos da estagfla o em que mergulhou a economia brasileira, especialmente sobre a renda das camadas médias, têm levado a uma extraordinária queda das constru es nas grandes cidades durante a década de 80. O financiamento imobiliário passa a depender sobremaneira dos

recursos próprios dos compradores, levando a um estreitamento do mercado, restrito àqueles que podem assumir uma grande parcela dos custos da construção. Neste sentido, observamos a volta, de maneira expressiva, do sistema de incorporação fundado no preço de custo e no preço fechado, segundo o qual o incorporador reúne um grupo de compradores e passa a trabalhar sob encomenda. (Lago e Ribeiro, 1996, p. 43)

O fim do SFH levou, portanto, à estagnação e à elitização da produção empresarial nos últimos 10 anos, afetando diretamente os segmentos sociais médios, que passaram a buscar alternativas habitacionais nas áreas mais distantes do centro metropolitano, onde o preço da terra ainda permitia o acesso à casa própria. Vejamos o comportamento desse mercado no município do Rio de Janeiro.

Três tendências, nos anos 80, marcaram a produção empresarial no Rio de Janeiro: a retração da oferta de moradia, a mudança do padrão dessa oferta com a redução do porte dos empreendimentos e com o aumento do tamanho médio e do preço das unidades lançadas e, por fim, o estabelecimento de submercados na cidade atrelado a uma grande diferenciação no tipo e no porte das empresas produtoras (Ribeiro, 1996). Essas tendências, no entanto, foram marcadas por flutuações conjunturais ao longo da década, como, por exemplo, os efeitos do Plano Cruzado no comportamento dos salários e no poder de compra da população e, como já mencionado, o enorme impacto na produção causado pela extinção do SFH<sup>2</sup>.

Examinando o período pós-84, verifica-se a elitização do mercado imobiliário carioca, que, nos anos anteriores, havia se caracterizado não só pela criação da nova fronteira de expansão na Barra da Tijuca, mas pela desconcentração das atividades dos grandes incorporadores em direção a alguns bairros suburbanos, como Méier, Vila da Penha e Jacarepaguá<sup>3</sup>, que ao atuarem acima do preço médio da região em busca de sobrevalorização, alteraram o padrão socioeconômico local. Essa relativa valorização, de alguns bairros suburbanos não anulou o diferencial do preço fundiário entre a região e as zonas sul e norte, garantindo as parcelas da classe média, com capacidade de endividamento a longo prazo, acesso, não apenas à casa própria, mas a um novo padrão de moradia, verticalizado e com equipamentos de lazer. Com a crise do SFH, porém, a produção das grandes empresas voltou a se concentrar no núcleo, mais especificamente na Barra da Tijuca, que se consolidou, nos anos 80, como fronteira de expansão do mercado de ponta.

Se os grandes incorporadores saíram dos subúrbios no período de crise, o mesmo não pode ser dito em relação aos pequenos empreendedores/construtores, responsáveis por grande parte do espaço construído da região e que apresentaram uma produção relativamente constante no período<sup>4</sup>. Contrariamente à lógica de atuação dos incorporadores, esses agentes reiteraram o padrão construtivo e as características socioeconômicas da região, com empreendimentos de pequena densidade e pouco verticalizados. Esses apartamentos de mais baixo custo tornaram-se uma das poucas alternativas encontradas pelos setores médios, com reduzida capacidade de poupança, em adquirir um imóvel.

Uma outra alternativa habitacional voltada para os segmentos sociais médios começou a se expandir nos últimos dez anos nas áreas mais distantes da metrópole: são os chamados condomínios fechados, horizontais ou verticais, localizados fora das áreas centrais, onde o baixo valor da terra tem viabilizado a compra do imóvel. Trata-se da emergência de novos espaços nas periferias, que segregam e excluem não apenas pelo preço do acesso mas, especialmente, pelos muros e sistemas de controle e segurança.

Na zona oeste do município do Rio de Janeiro começou a se expandir, a partir do final da década de 70, uma nova forma de produ o fundiária associada   incorpora o imobiliária. O loteador descapitalizado, predominante na região nos anos 50, 60 e 70, cedeu lugar   empresa imobiliária, que passa a realizar não apenas a compra e retalhamento da terra, mas também a constru o e comercializa o d moradia<sup>5</sup>. Mudam a racionalidade da opera o e as condi es de acesso   terra. As empresas realizam, geralmente, mais de um empreendimento, financiados por recursos próprios e por empréstimos da Caixa Econ mica, dentro de um plano de atua o de médio e longo prazo. As vendas passam a ser feitas em prazos curtos e prevendo fórmulas de reajuste do valor da presta o. O resultado são loteamentos produzidos para os setores médios da popula o com algum acúmulo de capital e capacidade de endividamento.

A produ o das empresas loteadoras-construtoras   voltada para uma popula o com renda média entre 5 e 15 salários mínimos. Nos lotes com casas a maior parte das famílias compradoras possui uma renda entre 10 e 15 salários mínimos. Os lotes sem casas são voltados para uma faixa de renda inferior, onde as famílias recebem entre 5 e 10 salários mínimos. Verificamos assim que a maior parte da produ o das empresas loteadoras-construtoras   direcionada para as camadas de renda média, que diante da alta dos preços imobiliários e da perda do poder de compra dos salários vai para a zona oeste e região suburbana onde estes preços são mais baixos. (Britto, 1990, p. 166).

Fato interessante mostrado por Britto, ao analisar o perfil e a origem dos compradores de unidades residenciais num dos grandes loteamentos com casas da região,   que, no universo estudado, a maior parte dos compradores (64,1%) vinha de imóveis alugados na própria zona oeste e outros, 24,4% da zona suburbana (Britto, 1990).

Indícios desse mesmo fen meno de transforma o das rela es sociais de produ o do espaço periférico foram também observados nos municípios de Nova Iguaçu, Caxias, São João de Meriti e Nilópolis. Examinando os dados relativos às novas unidades conectadas ao sistema de distribui o de energia (novas liga es) mantido pela Light<sup>6</sup>, entre 1987 e 1991, verificou-se a expansão do mercado imobiliário (formal e informal) nessas áreas: 36% dos novos apartamentos construídos naquele período concentraram-se na zona oeste e nos quatro municípios citados, 31% nos subúrbios da capital e 33,5% nas zonas sul e norte.

Em outra pesquisa (Furlanetto *et alii*, 1987), as mesmas tendências de renova o espacial da periferia foram observadas. Nela   demonstrada, por um lado, a "heterogenei-

zação da periferia”, especialmente do município de Nova Iguaçu, e, por outro, a presença de incorporadores atuando nas áreas mais centrais da cidade, justamente as dotadas de infra-estrutura urbana (água, luz, esgoto, asfalto, etc.). Trata-se, portanto, de uma expansão com base na renovação do espaço construído, que segundo os autores e, ao mesmo tempo, física e social. Os empreendimentos horizontais e verticais começaram a substituir as antigas residências autoproduzidas em períodos anteriores, destinados à camadas de poder aquisitivo superior à dos antigos moradores. De acordo com observação de campo realizada pelos autores, parcela dos compradores eram pessoas procedentes do município do Rio de Janeiro, evocando o deslocamento de segmentos das “classes média e média-baixa” para a periferia (Furlanetto *et alii*, 1987, p. 43).

Uma característica desse processo de renovação nos municípios periféricos é a altíssima concentração dos novos empreendimentos imobiliários em áreas restritas no centro do município ou do distrito (como é o caso de Mesquita, por exemplo). Estudo sobre a produção imobiliária empresarial em Nova Iguaçu mostrou que, do total de edifícios residenciais construídos entre 1980 e 1994, 80% estavam localizados na área central do município e que, do total da produção residencial formal, cerca de 17% eram em condomínios ou loteamentos fechados e outros 19% eram apartamentos. O interessante é que num município periférico onde 55% dos chefes tinham, em 1991, um rendimento inferior a dois salários mínimos, encontrava-se, no mesmo ano, uma reduzida área do centro (o equivalente a quinze setores censitários) onde mais de 20% dos chefes tinham renda mensal acima de dez salários (Silva, 1995).

Por fim, cabe mencionar a continuidade, na década de 80, da expansão imobiliária empresarial no município de Niterói, iniciado, como já visto anteriormente, nos anos 70, com a construção da ponte Rio-Niterói. Na região de Pendotiba, fora da zona litorânea do município, novos condomínios, centros comerciais e de serviços atraíram uma população de mais alta renda vinda do

núcleo central da cidade, principalmente dos bairros de Icaraí, Santa Rosa, Centro e adjacências. Uma outra parcela se transferiu de alguns bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, como Tijuca, Vila Izabel, Méier, etc., ou mesmo da Zona Sul, como Botafogo, Copacabana e Ipanema (Fonseca, 1996, p. 96).

Esse conjunto de informações indica, portanto, a expansão, no período de crise econômica, do padrão capitalista empresarial de produção imobiliária para determinadas áreas da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Se, por um lado, a criação de um novo “modo de morar”, moderno e seguro, em locais extremamente precários de serviços urbanos e de baixo valor da terra, era garantia de sobrelucro para os incorporadores, por outro, a pauperização das camadas médias e a ausência de financiamentos de longo prazo para aquisição da casa própria criaram as condições de existência de uma demanda solvável para esses novos empreendimentos.

Para concluir sobre o comportamento do setor de incorpora o nesse período de crise   importante que se fale sobre o advento dos *shopping-centers* e sua difusão pelo espaço metropolitano do Rio de Janeiro nos últimos anos. Com a derrocada do SFH, os fundos de pensões tornaram-se importante fonte de financiamento imobiliário, deslocando parte de suas aplica es financeiras para o setor, na forma de associa o com o incorporador<sup>7</sup>. Essa nova fonte, ao impulsionar a constru o de *shopping-centers* e *apart-hotéis* por todo o País, garantiu a sobrevivência das grandes incorporadoras, que vinham atuando, até então, no setor residencial e que, com a retra o da demanda solvável, passou a vincular sua rentabilidade ao faturamento das atividades do comércio. S  para se ter uma idéia, existem hoje no Brasil 112 *shoppings* em opera o, sendo que 68 deles foram construídos a partir de 1989. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro ocorreu uma “explosão” de *shopping-centers* na periferia, nos últimos quatro anos, o que vem desestabilizando o comércio varejista local<sup>8</sup>. São seis *shoppings* na região composta por Nova Iguaçu, Caxias, São João de Meriti e Nilópolis.

A elitiza o do mercado residencial de ponta e a emergência da produ o empresarial em áreas restritas na periferia tiveram como contraface a difusão das ocupa es ilegais por todo o tecido urbano da metrópole. A crescente informaliza o da produ o de moradia para os setores de baixa renda se deu mediante periferiza o das favelas e, mesmo, densifica o das já existentes. O resultado foi a reversão, nos anos 80, do ritmo de crescimento da popula o favelada residente na cidade do Rio de Janeiro, que vinha em queda de 1950 até 1980. No período 80-91, os moradores em favelas cresceram a uma taxa de 2,6% ao ano, enquanto o crescimento demográfico do município não chegou a 1%. Em 1991, a popula o favelada equivalia a 17,5% da popula o total da capital.

As áreas de expansão da cidade<sup>9</sup> – AP4 e AP5 – apresentaram, na década de 80, uma taxa de crescimento anual da popula o favelada muito superior   verificada nas áreas consolidadas – AP1, AP2 e AP3. Enquanto em Jacarepaguá e Barra da Tijuca, que compõem a AP4, os moradores em favelas cresceram 9,8% ao ano, nas zonas sul e norte, correspondentes   AP2, esse percentual ficou em 1,5%<sup>10</sup> (Tabela 1). A AP3 – zona suburbana – embora tenha apresentado uma taxa de crescimento relativamente baixa – 2,3% – foi a área com maior participa o no incremento absoluto de favelados na cidade: dos cerca de 246 mil novos residentes em favelas entre 80 e 91, 47,2% estavam na AP3, 21,7% na AP5 e 19,6% na AP4.

Apesar do surgimento de novas favelas, o crescimento da popula o favelada se deu sobretudo pelo adensamento das favelas já existentes, tanto nas áreas já consolidadas quanto nas de expansão. Na zona suburbana – AP3 – o aumento absoluto dos residentes em favelas, entre 1980 e 1991, correspondeu a cerca de 115 mil pessoas, mas apenas 19,5% delas foram morar em uma das 38 novas favelas que surgiram no período. A grande maioria conseguiu “entrar” numa favela já existente. Nas áreas de expansão – AP5 e AP4 – o percentual referente àqueles que foram para novas favelas ficou um pouco

acima do encontrado na AP3: 30,7% e 35,9%, o que significa que também nessas áreas o processo de favelização correspondeu, em primeiro lugar, ao adensamento das favelas existentes. Tal adensamento pode ter ocorrido por meio da verticalização dos imóveis<sup>11</sup> e pela ocupação dos reduzidos espaços livres ainda existentes, geralmente nos locais de pior acesso e maior risco. Os diferenciais de densidade entre as áreas de favelas, segundo as APs, é um bom indicador: enquanto que nas áreas centrais a densidade situa-se entre 5,7 e 3,7 habitantes por metro quadrado, nas áreas de expansão a densidade está abaixo de 3 habitantes por metro quadrado.

Tabela 1 - População Favelada por Área de Planejamento no município do Rio de Janeiro; 1980 e 1991

APs	Pop. fav. 1980	Pop. fav. 1991	Taxa cresc.aa %	Pop. fav./Pop. tot. 1980 - %	Pop. fav./Pop. tot. 1991 - %	Participação no increm. %
AP1	92.119	99.488	0,7	27,2	32,9	3,0
AP2	114.638	135.419	1,5	10,1	13,1	8,5
AP3	416.307	532.340	2,3	18,5	22,9	47,2
AP4	26.985	75.097	9,8	7,6	14,3	19,6
AP5	67.017	120.449	5,5	6,6	9,3	21,7
Total	717.066	962.793	2,7	14,1	17,6	100,0

Fonte: Iplanrio, 1994.

O resultado desse movimento de crescimento das favelas nos anos 80 foi a elevada participação da população favelada nas diferentes regiões da cidade, no início da presente década. Na área central – AP1 – cerca de 33% dos residentes viviam em favela em 1991, sendo que em São Cristóvão esse percentual chegou a 49%. A área suburbana também apresentou uma alta proporção de favelados – cerca de 23% – com bairros onde mais de 80% dos residentes estavam nas favelas<sup>12</sup>. Enquanto isso, na zona oeste – AP5 – a importância relativa da população moradora em favela era bem menor: 9,3%.

Três fatores contribuíram para a retomada do crescimento das favelas na década de 80. O primeiro fator, e talvez o de maior impacto, foi a retração do “padrão periférico” de crescimento metropolitano, caracterizado pela produção extensiva de lotes populares que, durante 30 anos, gerou oportunidades de acesso à casa própria para amplos segmentos sociais de baixa renda. Inflação, achatamento salarial, instabilidade no emprego e encarecimento da terra levaram ao colapso a produção “descapitalizada” de loteamentos<sup>13</sup> na periferia do Rio de Janeiro.

Na zona oeste da capital, os loteadores “descapitalizados”, responsáveis por aproximadamente 50% da produção total de lotes (excluindo-se desse universo os loteamentos clandestinos), apresentaram na década de 80 uma produção pouco significativa: cer-

ca de 8% dos lotes produzidos. Como apontado anteriormente, mant m-se no mercado as empresas construtoras, apesar da queda de sua produ o. Na realidade, a produ o começou a cair a partir da década de 60, sendo que na década de 80 o número de lotes ofertados representou apenas 10% da produ o total dos últimos 50 anos<sup>14</sup>.

Vale lembrar que a crescente incapacidade de endividamento por parte dos trabalhadores não se deve apenas   desvaloriza o dos salários ante ao acelerado processo inflacionário no período; o aumento da instabilidade do trabalho e da incerteza em rela o ao rendimento mensal   outro fator que interfere diretamente nas possibilidades de acesso   moradia por segmentos sociais que, não tendo condi oes de poupar, tinham como única saída o endividamento a longo prazo.

O segundo fator explicativo do crescimento das ocupa oes ilegais no Rio de Janeiro foi o enorme crescimento do contingente de pessoas pobres, fen meno também já exposto anteriormente. Em 1980, residiam na metrópole 2 milhões e 400 mil pessoas com renda familiar abaixo de dois salários; em 1991, esse número pulou para 3 milhões e 600 mil pessoas<sup>15</sup> (cerca de 37% da popula o metropolitana, que equivalem a um pouco mais de 1 milhão de famílias). Aqui não se trata da altera o nas condi oes de reprodu o da popula o pobre e, sim, do aumento relativo e absoluto dessa popula o, numa possível mobilidade social descendente: setores médios empobrecidos, residentes em domicílio alugado, v o engrossar as fileiras dos sem alternativa de acesso   casa própria.

Por último, as transforma oes, a partir das elei oes estaduais de 1982, no quadro político fluminense marcaram o início de um período de legitima o das favelas por parte do poder público, reduzindo as barreiras para novas ocupa oes e expansão das já existentes. Com efeito, o governo Brizola lançou, em 1983, um programa de regulariza o fundiária que se pretendia de grande alcance (e na realidade não foi), com o objetivo de garantir segurança ao morador de favela ou loteamento, estimulando-o a investir na sua moradia. Se o programa foi de pouco impacto no que se refere ao número de titula oes dadas<sup>16</sup>, ele serviu, no entanto, para legitimar as ocupa oes ilegais como alternativa habitacional. As remo oes estavam, portanto, descartadas e as favelas serviam como válvula de escape para a ausência de investimentos públicos, tanto federais quanto estaduais, em programas habitacionais. A partir de 1983, a Cehab teve sua atua o bastante reduzida, dando término   era dos grandes conjuntos.

A análise acima aponta mudanças significativas, nos anos 80, nas diferentes formas de produ o construído da metrópole do Rio de Janeiro. Os efeitos da crise econ mica e a redemocratiza o do País levaram a uma redefini o da estratégia de atua o de determinados agentes (como foi o caso das grandes incorporadoras e da popula o de baixa renda), ao mesmo tempo em que inviabilizou a continuidade da atua o de outros (como foi o caso dos loteadores descapitalizados).

## Os fluxos migratórios e os deslocamentos intrametropolitanos

A metrópole do Rio de Janeiro, com um crescimento populacional médio, na década de 80, de 1% ao ano, apresentou significativa diferenciação interna ao abrigar áreas em acelerado processo de expansão e outras com perda absoluta de população. Verificou-se a consolidação, nos anos 80, da tendência já em curso nos anos 70, de esvaziamento das áreas centrais, consolidação de determinadas áreas da periferia e crescimento ainda significativo de outras. A hipótese de que a periferia metropolitana do Rio de Janeiro parou de crescer não se sustenta, na medida em que áreas periféricas como a zona oeste e a periferia distante apresentaram uma taxa anual acima de 2%.

A queda no ritmo de crescimento da população metropolitana reflete não apenas os impactos da segunda fase da transição demográfica em que se encontra o País desde a década de 60 mas, sobretudo, as mudanças na direção e no volume dos fluxos migratórios inter-regionais e intrametropolitanos. Assim vejamos.

A década de 80 foi marcada pela redução do movimento migratório no País. O ritmo crescente dos deslocamentos populacionais verificado nos anos 60 e 70 havia sido motivado, entre outros fatores, pela modernização do campo em parceria com a concentração da propriedade fundiária e pela expansão industrial nas grandes áreas urbanas. Com a redução das oportunidades de emprego por todo o território nacional ao longo da última década

parece haver uma preferência por tentar resolver a questão da sobrevivência no lugar mais conhecido, na comunidade onde existem redes de amigos e parentes já estabelecidas. No Mínimo, o trajeto migratório tende a ter um raio menor, tanto pelas dificuldades e custos de locomoção, como pela predileção por localidades e regiões mais próximas ou mais conhecidas. (Martine, 1993, p. 43)

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a queda do crescimento populacional, nos anos 80, foi decorrente sobretudo da diminuição dos fluxos migratórios em direção à metrópole que, vale lembrar, já vinham decrescendo desde a década de 70. Com efeito, no período 1970-80, a metrópole havia recebido 758 mil migrantes vindo de fora da região<sup>17</sup>, número este que caiu para 573 mil entre 1980 e 1991, ou seja, um decréscimo absoluto de 24%. Estudos referentes à Região Metropolitana de São Paulo apontam o mesmo fenômeno, o que exige uma compreensão mais abrangente dos efeitos da crise sobre as grandes metrópoles brasileiras, que vá além das especificidades do Rio de Janeiro. Em outras palavras, o menor poder de atração exercido pela metrópole fluminense nos anos 80 não se deveu apenas às particularidades do esvaziamento econômico da região mas à reconfiguração do papel econômico das grandes metrópoles num período marcado não só pela crise mas por alterações estruturais no modelo de acumulação.

A queda do incremento populacional e do volume de migrantes na metrópole do Rio de Janeiro foi acompanhada pelo aumento, entre as duas últimas décadas, da participação desses migrantes no crescimento ocorrido. Esse aumento se deu em todas as áreas da metrópole<sup>18</sup> e está atrelado a dois outros processos:   queda da natalidade e   saída de um maior contingente populacional para fora das áreas. Assim, em todas elas, com exceção da periferia em expansão, a participação dos imigrantes no incremento ficou próxima ou acima de 100% (Tabela 2). Pode-se afirmar que o crescimento nessas áreas se deu basicamente por migração, porém, com perda significativa de residentes. A periferia em expansão foi a única área que apresentou aumento absoluto no número de migrantes e a menor participação da migração no crescimento (75%), o que pode indicar uma taxa de natalidade superior   das demais áreas.

Uma alteração importante de ser observada foi a redução, entre 1980 e 1991, do peso dos migrantes em relação   população total: em todas as áreas a participação dos migrantes caiu, sendo as maiores quedas verificadas nas periferias consolidada e em consolidação que, em 1980, apresentaram alta proporção de migrantes entre os residentes – 25% e 22%, respectivamente – e, em 1991, em torno de 14% (Tabela 2). Mesmo na periferia em expansão, apenas 17% dos residentes eram migrantes em 1991, contra 21%, em 1980. A partir desse quadro, pode-se já inferir que as possíveis mudanças (e continuidades), ocorridas nos anos 80, no padrão de desigualdades socioespaciais da metrópole foram bem menos afetadas pela migração do que aquelas referentes   década de 70.

O Rio de Janeiro se manteve, na década, como principal município receptor dos fluxos migratórios (37,5% dos fluxos se dirigiram para a capital), seguido por Nova Iguaçu, localizado na periferia em consolidação), que abrigou 16% do total dos migrantes metropolitanos. São Gonçalo, situado na periferia em expansão, tornou-se, nos anos 80, o terceiro município que mais recebeu migrantes (10,7% do total dos fluxos), ultrapassando Caxias, que estava nessa posição na década anterior. Vale notar que os quatro

Tabela 2 – Participação do total de migrantes e dos migrantes intrametropolitanos no incremento e no total da população, segundo a área de destino na RMRJ; década de 80

�reas de destino na RMRJ	Increm. pop. 80/91	Migrante	Migrante/ increment.	Migrante pop. 91	Migr. intra-metrop.	Migr. intra/pop. 91
Rio de Janeiro	390.053	385.779	98,9%	7,0%	44.177	0,8%
Niterói	39.032	69.372	177,7%	15,9%	36.101	8,3%
Periferia consolidada	33.450	84.350	252,2%	14,4%	61.729	10,6%
Perif. em consolidação	320.038	291.630	91,1%	13,5%	184.481	8,6%
Periferia em expansão	262.229	197.723	75,4%	17,1%	128.810	11,1%
RMRJ	1.044.802	1.028.854	98,5%	10,5%	455.298	4,6%

Fonte: Censos demográficos de 1980 e 1991.

municípios citados abrigaram, no período 1980-91, um volume bem inferior de migrantes do que o verificado no período 1970-80. Por outro lado, os municípios de Itaboraí, Maricá e Mangaratiba, todos localizados na periferia em expansão, apresentaram aumento absoluto de migrantes na última década, com destaque para Maricá, vizinho a Niterói, que recebeu 14 mil migrantes na década de 80, contra apenas 7 mil e 700 na década de 70. Diferentemente dos demais, esses municípios mantinham, em 1991, uma elevada participação dos migrantes em relação ao total da população residente (acima de 20%), chegando a 30% no caso de Maricá.

A queda, nos anos 80, no volume de migrantes em direção à metrópole do Rio de Janeiro teve como principal fator a retração do fluxo de nordestinos: 201 mil na década de 80, contra 339 mil, na década anterior, ou seja, uma diminuição, em termos absolutos, de 40%. Os fluxos oriundos das demais regiões e, sobretudo, do Sudeste excluindo o estado do Rio de Janeiro, também sofreram queda na última década; no entanto, o impacto foi menor em razão do menor volume de migrantes (Tabela 3). É interessante ver que a metrópole paulista apresentou um quadro distinto no que se refere à queda do contingente de migrantes interestaduais: enquanto os fluxos vindos de Minas Gerais e da região Sul sofreram retração, aqueles do Nordeste pouco se alteraram em termos de volume, elevando, entre as duas décadas, seu peso relativo na totalidade dos fluxos (Cunha, 1997).

A migração do Nordeste diminuiu em todas as áreas da metrópole, com exceção da periferia em expansão que apresentou um ligeiro acréscimo, cabendo destacar o município do Rio de Janeiro, principal área receptora desses fluxos, onde nos anos 70 os nordestinos representavam cerca de 44% do total dos migrantes e, nos anos 80, cerca de 36% (Tabela 3). Apesar de a capital ter recebido, na última década, menos 93 mil nordestinos, o Nordeste continuou sendo a principal área de origem dos fluxos que se dirigiram para o município.

Tabela 3 – População migrante, não natural do município, segundo região de origem, por área de destino na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; década de 80

Áreas de destino na RMRJ	Regiões de origem					
	Nordeste	Sudeste s/ RJ	RJ interior	RMRJ	Demais regiões	Total
Rio de Janeiro	35,6%	20,3%	15,3%	11,5%	17,4%	37,5%
Niterói	7,6%	7,6%	23,7%	52,0%	7,6%	6,7%
Periferia consolidada	8,75%	4,4%	12,1%	73,2%	1,6%	8,2%
Perif. em consolidação	11,6%	6,5%	16,2%	63,3%	2,4%	28,3%
Periferia em expansão	9,0%	4,8%	18,4%	65,1%	2,6%	19,2%
RMRJ	19,6%	11,4%	16,5%	44,3%	8,4%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Na metrópole do Rio de Janeiro, a diminui o dos deslocamentos interestaduais foi em parte compensada pelo aumento significativo, tanto na capital quanto nas periferias, dos migrantes vindos do interior do próprio estado: se, na década de 70, a metrópole recebeu 99 mil migrantes do interior, na década de 80 esse número pulou para 169 mil. Com efeito, a vinda de menos 140 mil nordestinos para a região metropolitana teve como contrapartida a entrada de mais 70 mil interioranos do próprio estado do Rio de Janeiro. Na década de 70, os fluxos do interior do estado representavam apenas 7,4% do total de fluxos migratórios na metrópole, enquanto na última década esse porcentual foi de 16,5%. Novamente, a capital se destaca pelo impressionante aumento desse fluxo entre as duas décadas (mais 41 mil migrantes), que nos anos 80 representavam 15,3% dos deslocamentos para o município, contra 3,3% nos anos 70 (Tabela 3).

As periferias consolidada e em consolida o também passaram a receber um contingente bem maior de migrantes do interior, alterando significativamente o peso desses fluxos em cada uma das áreas: de 3,1% para 12,1% e de 6,7% para 16,2%, respectivamente.   interessante notar que, na década de 70, foi a periferia em expansão a área da metrópole que recebeu o maior volume de pessoas do interior. Já na última década, a capital e a periferia em consolida o ultrapassaram a periferia em expansão em volume de migrantes do interior (Tabela 3).

A retra o dos fluxos de longa distância e a amplia o dos de curta em dire o   metrópole do Rio de Janeiro foram acompanhadas pelo arrefecimento dos deslocamentos intrametropolitanos, cujo volume total apresentou uma queda, em termos absolutos, de 21% entre as duas décadas (Tabela 3). Vale novamente a compara o com São Paulo, que diferentemente do Rio de Janeiro, apresentou pouca altera o no volume dos fluxos intrametropolitanos, aumentando, inclusive, o peso relativo desses fluxos no total de deslocamentos para os municípios metropolitanos (Cunha, 1997). Provavelmente, as particularidades da crise do setor imobiliário, tanto o formal quanto o informal, no Rio de Janeiro guardam estreita rela o com essa redu o da mobilidade intrametropolitana.

Embora em termos absolutos tenha diminuido o número de pessoas que mudaram de município no interior da metrópole, o peso da migra o intrametropolitana em rela o ao total dos fluxos apresentou um ligeiro aumento entre as duas últimas décadas, passando de 43,5% para 44,3%. Cabe observar que apenas Niterói e a periferia em expansão evidenciaram, como áreas receptoras, uma eleva o no volume dos fluxos intrametropolitanos, sendo que em Niterói tais fluxos passaram a representar 52% do total de deslocamentos para o município no período 1980-91, contra 45,4% no período anterior (Tabela 3). Essas altera es, por sua vez, não chegaram a tirar o lugar de Nova Iguaçu como principal município receptor dos fluxos intrametropolitanos: 23% desses fluxos foram para o município nos anos 80. São Gonçalo aparece como segundo município receptor e Caxias, como terceiro. A grande mudança nessa "hierarquia" ficou com os municípios de São João de Meriti e Nilópolis (que compõem a periferia consolidada): São João foi,

na década de 70, o segundo município metropolitano com o maior afluxo de migrantes intrametropolitanos e Nilópolis, o sétimo. Na década de 80, São João passou para quinto e Nilópolis, para nono.

A predominância dos dois tipos de deslocamentos intrametropolitanos observados na década de 70 manteve-se na última década, mas com alterações: o peso dos fluxos oriundos da capital para as áreas periféricas caiu de cerca de 52% para 47%, enquanto o referente aos fluxos internos à periferia subiu de cerca de 25% para 27% do total de fluxos intrametropolitanos. A participação dos fluxos vindos da periferia para a capital quase não se alterou, passando de 8,7% para 8,2%. A periferia em consolidação manteve-se, na década de 80, como principal receptora dos fluxos intrametropolitanos, recebendo 40,5% dos migrantes, seguida pela periferia em expansão, que recebeu 28,3% deles (Tabela 4).

As alterações, entre as duas décadas, no volume dos fluxos em direção às áreas periféricas mostram claramente a tendência ao “fechamento” da periferia consolidada e, em menor grau, da periferia em consolidação, que perderam posição como áreas receptoras na década de 80 – de 18,6% para 13,6% e de 45% para 40,5%, respectivamente. Os saldos migratórios intrametropolitanos confirmam essa tendência, na medida em que ocorreu uma queda acentuada desses saldos em ambas as áreas. A periferia consolidada apresentou um saldo positivo de 57 mil migrantes nos anos 70 e de apenas 19 mil nos anos 80; o saldo da periferia em consolidação caiu de 153 mil pessoas para 96 mil, no mesmo período. Os dados sobre a periferia em expansão, por sua vez, mostram que a periferação tendeu a se deslocar para as áreas mais distantes do centro metropolitano: seu saldo migratório subiu de 69 mil para 86 mil pessoas. É importante frisar que se trata de uma tendência ao fechamento da periferia mais próxima da capital, o que não se contrapõe à verificação da periferia em consolidação ainda como a principal área receptora dos deslocamentos intrametropolitanos.

Tabela 4 – População migrante intrametropolitana, não natural do município, segundo a área de origem e destino na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; década de 80

Áreas de destino	Áreas de origem					Total
	RJ	Niterói	Periferia consolid.	Perif. em consolid.	Perif. em expansão	
Rio de Janeiro	0,0%	15,5%	20,9%	50,7%	12,9%	9,7%
Niterói	62,0%	0,0%	1,2%	6,1%	30,7%	7,9%
Periferia consolidada	57,4%	1,7%	6,7%	33,4%	0,8%	13,6%
Perif. em consolidação	64,8%	2,3%	14,4%	15,9%	2,6%	40,5%
Periferia em expansão	47,9%	23,7%	1,7%	10,9%	16,1%	28,3%
RMRJ	52,5%	9,4%	9,4%	19,4%	9,4%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

A redu o dos fluxos para as periferias consolidada e em consolida o foi acompanhada pelo aumento relativo dos fluxos oriundos das próprias áreas e queda daqueles cuja origem era a capital. Na periferia em consolida o, 69,8% dos deslocamentos que para l  se dirigiram, nos anos 70, tinham como origem o município do Rio de Janeiro, 11,5% a periferia consolidada e 14,6% a própria área (o que significa mobilidade entre os municípios da área); nos anos 80, os fluxos da capital representaram 64,8%, os da periferia consolidada 14,4% e os da própria  rea 15,9%. Cabe observar que, apesar da redu o, o contingente de pessoas que se deslocaram da capital para a periferia em consolida o foi da ordem de 119 mil, ou seja, o maior fluxo intrametropolitano na década. Por outro lado, na periferia em expansão verificou-se o aumento relativo dos que saíram da capital e da periferia em consolida o e a queda dos que saíram de Niterói (nesse caso a principal redu o foi relativa aos deslocamentos de Niterói para o município de São Gonçalo, embora ainda envolvessem um contingente bastante significativo de pessoas, ou seja, cerca de 25 mil). Os dados apontam, portanto, uma tendência na década de 80 ao redirecionamento dos fluxos oriundos da capital para a periferia em expansão, particularmente para os municípios de São Gonçalo, Itaboraí e Maricá, que conformam dois dos eixos de expansão da metrópole definidos anteriormente:  rea litorânea norte e área oeste de Niterói (Tabela 4).

Outra tendência verificada na última década foi o aumento da participa o de Niterói como área receptora dos deslocamentos no interior da metrópole, enquanto o município do Rio de Janeiro manteve inalterada sua participa o. Se no período 1970-80 esses municípios receberam, respectivamente, 5,6% e 9,9% do total dos fluxos, no período 1980-91 os percentuais foram para 7,9% e 9,7% (Tabela 4). Tal evidência foi acompanhada pela queda do saldo migratório negativo nos dois municípios, ou seja, ambos perderam menos popula o na década de 80<sup>19</sup>. No caso do Rio de Janeiro, essa queda se deu pela redu o dos fluxos para a periferia (como já visto) e pela também redu o dos fluxos para a capital, especialmente os deslocamentos da periferia em expansão, que abrigavam 13 mil pessoas nos anos 70 e apenas 5 mil nos anos 80<sup>20</sup>. Já o município de Niterói evidenciou uma redu o dos deslocamentos para a periferia em expansão e uma eleva o no contingente de migrantes vindos da capital (que se manteve como principal área de origem dos fluxos para Niterói) e da periferia em expansão (basicamente dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí).

Num último fluxo a ser examinado   o que tem as favelas do Rio de Janeiro como área de destino. Se nos anos 60 e 70 os fluxos migratórios, especialmente os de longa distância, tiveram importante participa o no crescimento das favelas<sup>21</sup>, nos anos 80 a mobilidade residencial intrametropolitana, em particular os deslocamentos no interior do próprio município do Rio, foi responsável em larga medida pela expansão das favelas: em 1991, apenas 7,4% da popula o residente em favela eram migrantes da década de 80. Dos 240 mil novos favelados entre 1980 e 1991, apenas 30% eram migrantes, sendo

17% nordestinos<sup>22</sup>, 7% oriundos do próprio estado do Rio e 6% de outras regiões. Ou seja, a população que já residia na cidade em 1980 foi responsável por 70% do incremento populacional nas favelas no período 1980-91<sup>23</sup>. Esta é uma primeira evidência de que o aumento da pobreza no Rio de Janeiro não está, hoje, associado à migração campo-cidade e sim à perda do poder aquisitivo e à precarização das condições habitacionais da população residente.

A crise habitacional parece ter afetado a intensidade e a orientação dos fluxos de pessoas no interior da metrópole do Rio de Janeiro. A retração da oferta de apartamentos no Rio de Janeiro e de lotes populares nos municípios periféricos ou mesmo na zona oeste da capital reduziu o poder de atração dessas áreas e, portanto, a intensidade dos deslocamentos. Na capital, a maior tolerância do poder público com as ocupações ilegais também pode ter retido parte dos residentes, que se deslocaram, não para a periferia metropolitana, mas para as favelas do próprio município. Junto à diminuição das alternativas habitacionais, observou-se, nos anos 80, a perda do poder aquisitivo da população (ou ainda de sua capacidade de endividamento) e a valorização (e conseqüente “fechamento”) de determinadas áreas da periferia, o que intensificou os fluxos direcionados para as fronteiras de expansão da metrópole, onde o valor da terra é relativamente menor.

As tendências e hipóteses levantadas até aqui serão melhor avaliadas a seguir, mediante análise do perfil socioeconômico e das condições de moradia dos migrantes residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, dando-se maior ênfase aos migrantes intrametropolitanos.

## Quem são e como moram os migrantes da década de 80

A redução no contingente de migrantes na década de 80, especialmente os procedentes das regiões mais pobres do País, coloca em questão a relação histórica entre migração, pobreza urbana e os processos de favelização e periferização. Em seu estudo sobre os migrantes que chegaram ao Rio de Janeiro nos anos 60, Castro (1979) já relativizava o papel atribuído à migração na permanência dos altos índices de pobreza e desigualdade na área metropolitana. Mas as décadas de 60 e 70 foram períodos de acelerada expansão econômica, marcados por uma relativa mobilidade social ascendente de parcelas da população urbana. Os migrantes recém-chegados se distinguiam socialmente dos demais trabalhadores que, formal ou informalmente, haviam se “integrado” à economia urbano-industrial. A perspectiva de “integração” e ascensão social alojava os migrantes no patamar mais baixo da hierarquia social e espacial vigente na metrópole, naquele momento.

A década de 80 marcou a reversão dessa perspectiva, na medida em que a crise econ mica p s fim   crença na mobilidade social. A popula o metropolitana empobrece e a atratividade da metrópole entra em declínio. Os efeitos da migra o sobre o quadro de desigualdades socioespaciais se reduzem. Por outro lado, os deslocamentos intrametropolitanos apontam altera es na dinâmica propriamente urbana e, por conseq ncia, no padrão de segrega o espacial que serão melhor entendidos por meio da caracteriza o daqueles que se deslocaram.

Vimos anteriormente que os dois principais fluxos em dire o   Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na última década foram os que saíram do Nordeste e do interior do próprio estado do Rio. Analisando o perfil social dos migrantes nordestinos e interioranos que foram para a capital observou-se uma diferencia o clara entre os dois grupos, em que os nordestinos apresentaram uma significativa inferioridade nas condi es de renda, instru o e ocupa o. Em rela o   renda, cerca de 40,7% dos nordestinos e apenas 24,8% dos interioranos tinham uma renda familiar de até dois salários mensais, enquanto entre a popula o do município esse porcentual era, em 1991, de 29,7%. Na outra ponta da hierarquia, apenas 12,3% dos nordestinos tinham renda familiar acima de dez salários contra 25,5% dos interioranos (Tabela 5). Em rela o   totalidade dos residentes, 15,3% alcançavam esse patamar de renda. Ou seja, os migrantes do interior do estado do Rio tinham um perfil de renda superior ao da popula o carioca. Quanto ao grau de instru o, 24,1% dos nordestinos e 16,1% dos interioranos não chegaram a concluir o primário e 21,3% e 46,6%, respectivamente, tinham, no mínimo, o segundo grau completo; entre a totalidade dos cariocas, 12,6% estavam no patamar inferior e 42,3% no patamar superior (Tabela 6). As diferenças de inser o no mercado de trabalho confirmam a diferencia o social dos dois grupos de migrantes: tomando a presta o de serviços e a indústria da constru o como os setores da economia em que o trabalho   mais precarizado, verifica-se que entre os migrantes nordestinos ocupados, 50,3% eram prestadores de serviços e 9,8%, trabalhadores na constru o civil, enquanto entre os interioranos os percentuais eram de 36,7% e 6,5% (Tabela 7). Os percentuais relativos   popula o ocupada da cidade eram inferiores: 23,8% e 5,2%, respectivamente. Por fim, os trabalhadores domésticos merecem destaque por representarem 21,2% dos migrantes nordestinos e 15,3% dos interioranos, contra apenas 7,9% do total de ocupados na capital em 1991 (Tabela 8).

Tabela 5 – População migrante residente no município do RJ segundo a renda familiar, por área de origem; década de 80

Área de origem	Faixas de renda em salário mínimo						Total
	Até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	+ de 20	
NE	17,8%	22,9%	33,2%	13,8%	7,5%	4,8%	100,0%
Interior RJ	12,6%	12,2%	26,5%	18,6%	16,7%	8,8%	100,0%
RMRJ	14,9%	19,2%	32,0%	18,6%	10,9%	4,4%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Tabela 6 – PEA migrante residente no município do RJ segundo o grau de instrução, por área de origem; década de 80

Área de origem	Grau de instrução					Total
	Nenhum	Primário	1º grau	2º grau	Superior	
NE	24,1%	13,3%	41,3%	14,2%	7,1%	100,0%
Interior RJ	16,1%	12,2%	28,0%	20,8%	22,8%	100,0%
RMRJ	14,8%	19,0%	29,0%	22,3%	15,0%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Tabela 7 – População ocupada migrante residente no município do RJ segundo o setor da atividade principal, por área de origem; década de 80

Área de origem	Agric.	Indústria transf.	Indústria construç.	Comércio	Prest. serviços	Outros serviços	Total
NE	0,5%	9,6%	9,8%	13,6%	50,3%	16,2%	100,0%
Interior RJ	0,5%	13,1%	6,5%	13,6%	36,7%	29,7%	100,0%
RMRJ	0,8%	15,0%	5,6%	15,2%	27,9%	35,4%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Tabela 8 – População ocupada migrante residente no município do RJ segundo a posição na ocupação, por área de origem; década de 80

Área de origem	Trab. agric.	Trab. domést.	Empreg. set. priv.	Empreg. set. públ.	Autônomo	Empregador	Total
NE	0,3%	21,2%	60,8%	6,6%	10,2%	0,8%	100,0%
Interior RJ	0,3%	15,3%	48,7%	16,6%	15,5%	3,7%	100,0%
RMRJ	0,4%	10,2%	53,0%	17,4%	15,2%	3,8%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Um outro indicador do grau de desvantagem do migrante nordestino em rela o ao do interior do estado refere-se ao peso dos que foram residir em favela na capital: 30% dos nordestinos e apenas 11,1% dos interioranos (Tabela 9).   bom lembrar que os migrantes, em geral, participaram em somente 30% no incremento absoluto da popula o favelada do município, na última década, sendo a participa o dos nordestinos de 17%.

Se a origem do migrante que chegou   metrópole nos anos 80 foi um fator de diferencia o do seu perfil social, também a área de destino desse migrante, dentro dos limites metropolitanos, marcou tal diferencia o. Com efeito, os migrantes que sairam do interior do estado para a capital ou para Niterói apresentaram um perfil de renda bem superior àqueles que foram se estabelecer numa das áreas periféricas. Na realidade, os interioranos que foram para a periferia, nos anos 80, eram mais pobres que os nordestinos que chegaram   capital. Mais da metade dos interioranos que se dirigiram para as periferias em consolida o e em expansão tinham renda familiar de até dois salários mensais, enquanto aqueles com mais de dez salários não chegaram a 3%. A periferia consolidada abrigou migrantes do interior com um perfil de renda mais elevada, embora o porcentual daqueles com rendimento de até um salário (21%) fosse da mesma ordem de grandeza do verificado para o resto da periferia.

Tabela 9 – Popula o migrante residente no município do RJ segundo local de residência, por área de origem; década de 80

�rea de origem	Favela	Não favela	Total
NE	30,0%	70,0%	100,0%
Interior RJ	11,1%	88,9%	100,0%
RMRJ	16,4%	83,6%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Os dados indicam, portanto, uma maior seletividade espacial no interior da metrópole quanto   localiza o dos migrantes de “curta distância” (do interior do próprio estado), na medida em que aqueles com maior rendimento tenderam a se concentrar na capital e em Niterói e os mais pobres nas áreas periféricas. Os migrantes de “longa distância” (do Nordeste), ao contrário dos de “curta”, dirigiram-se massivamente para a capital, tanto os pobres quanto os não pobres. Uma hipótese explicativa seria que a maior proximidade da área de origem com a metrópole possibilita maior contato e informa o (tanto em rela o às alternativas de moradia quanto de trabalho) com os já estabelecidos, o que faria com que os mais ricos se localizassem próximos de seus pares e os pobres próximos dos seus. Os nordestinos, como apontado em outros estudos, tenderiam a se estabelecer na área mais central, onde há maior mercado para atividades de serviços pessoais e de constru o civil, deslocando-se posteriormente para outras áreas da metrópole. A análise da mobilidade residencial intrametropolitana, no período 1980-91,

permitirá observar esses movimentos de “expulsão” e atração dos diferentes segmentos sociais no interior da metrópole.

A população que na última década mudou de município, dentro da própria Região Metropolitana do Rio de Janeiro, era ainda mais pobre que aquela dos anos 70, sobretudo a que se dirigiu para as periferias. Se no período 1970-80 os migrantes com renda familiar até dois salários representavam 34,4% do total, no período 1980-91 esse percentual subiu para 42,9%. Aqueles com renda acima de 10 salários apresentaram um ligeiro decréscimo entre as décadas: de 7,5% para 6,3% (Tabela 10). Na realidade, o empobrecimento dos que mudaram de residência na metrópole foi da mesma magnitude do empobrecimento da população como um todo. Com efeito, o peso das pessoas com até dois salários residentes na metrópole passou de 28,3% para 36,8%, entre as décadas. Ou seja, o que ocorreu não foi uma maior mobilidade residencial dos pobres em relação aos não-pobres e, sim, um aumento da proporção de pobres.

O aumento relativo do número de pobres entre os migrantes intrametropolitanos teve como contrapartida uma impressionante elevação no nível de instrução. Nos anos 70, 18,2% daqueles que se deslocaram não tinham completado o primário, 10,4% tinham segundo grau e apenas 4,3% nível superior. Na última década, os sem grau de instrução caíram para 11,9%, enquanto os com segundo grau passaram a representar 21,2% e os com nível superior 8,4% dos migrantes. Da mesma forma, essa melhora está relacionada à significativa elevação do nível de instrução da população ativa metropolitana. Só como exemplo, em 1980, 20,4% da PEA não tinham qualquer grau de instrução e 13,5% tinham segundo grau. Em 1991, os sem instrução caíram para 13,1% e aqueles com segundo grau subiram para 22,1%.

Tabela 10 – População migrante intrametropolitana segundo a renda mensal Familiar, segundo a área de destino na RMRJ; década de 80

Áreas de destino	Faixas de renda mensal familiar (em salário mínimo)							Total
	até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	mais 20	s/ decl.	
Rio de Janeiro	6.381 14,5%	8.225 18,6%	13.699 31,0%	7.946 18,0%	4.646 10,5%	1.864 4,2%	1.366 3,1%	44.127 100,0%
Niterói	4.141 11,5%	4.151 11,5%	8.713 24,2%	8.272 23,0%	6.714 18,7%	3.434 9,5%	574 1,6%	35.998 100,0%
Perif. consolidada	9.975 16,2%	15.280 24,8%	26.601 43,1%	6.740 10,9%	1.379 2,2%	252 0,4%	1.501 2,4%	61.729 100,0%
Perif. em consolid.	40.606 22,0%	50.034 27,1%	67.643 36,7%	16.431 8,9%	3.710 2,0%	656 0,4%	5.400 2,9%	184.481 100,0%
Perif. em expansão	25.984 20,2%	29.876 23,2%	47.964 37,2%	16.064 12,5%	5.257 4,1%	1.062 0,8%	2.574 2,0%	128.781 100,0%
RMRJ	87.087 19,2%	107.567 23,7%	164.620 36,2%	55.453 12,1%	21.706 4,7%	7.268 1,6%	11.416 2,5%	455.116 100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

Entre os migrantes que se deslocaram para as periferias, na década de 80, verificou-se um aumento considerável no peso dos miseráveis – faixa até 1 s l rio – especialmente na periferia em consolidação, onde o percentual era de 15,2% nos anos 70 e passou para 21% na última década. Na periferia consolidada, o peso da menor faixa de renda entre aqueles que para l  se deslocaram passou de 13% para 16,2%, enquanto na periferia em expansão, de 17,2% para 20,2%. Chama atenção, ainda, que nas três áreas periféricas tenha ocorrido uma queda em todas as faixas de renda acima de 2 s l rios, indicando uma relação mais estreita entre alto nível de pobreza e migração (para a periferia) do que a observada na década de 70. Apenas na periferia em expansão, que abriga dois municípios (Maricá e Mangaratiba) cuja orla marítima tem sido objeto de especulação imobiliária, o peso dos migrantes com mais de 10 s l rios ficou acima de 5%, ao mesmo tempo em que o peso dos migrantes com até 1 s l rio caiu. Por outro lado, nessa mesma periferia, os municípios de Itaboraí e Itaguaí apresentaram os maiores aumentos no percentual da menor faixa de renda. Como resultado, verificou-se uma certa seletividade nos deslocamentos intrametropolitanos em direção às periferias: enquanto em determinados municípios (Itaboraí, Itaguaí, Paracambi na periferia em expansão e Magé e Nova Iguaçu, na periferia em consolidação) mais da metade dos migrantes eram pobres (com renda familiar de até 2 s l rios), nos demais (Nilópolis e São João de Meriti na periferia consolidada, Caxias na periferia em consolidação e Mangaratiba, Maricá e São Gonçalo na periferia em expansão), mais da metade eram não-pobres. Pode-se dizer que nesse último grupo de municípios os migrantes apresentaram um perfil de renda mais heterog neo.

Quanto ao grau de instrução dos migrantes ativos intrametropolitanos que, nos anos 80, se deslocaram para as áreas periféricas, houve uma queda significativa daqueles com apenas o primário completo (faixa que agregava o maior número de pessoas em 1980) e um aumento correspondente daqueles com primeiro grau (que passou a agregar em 1991 o maior contingente de migrantes) e segundo grau completo. O peso dos migrantes com nível superior também aumentou, mas em proporção menor. A elevação do nível educacional desses migrantes foi generalizada, ocorrendo em todas as áreas periféricas.

Comparando o perfil de instrução dos migrantes entre as três áreas observa-se, em 1991, uma menor diferenciação espacial do que a encontrada no perfil de renda: o percentual de migrantes com primário completo variou de 22,6% na periferia em expansão a 26,9% na periferia em consolidação. No entanto, os municípios que apresentaram um perfil de instrução dos migrantes mais heterog neo foram os mesmos que mostraram uma maior diversificação no perfil de renda: em Nilópolis, Mangaratiba, Maricá e São Gonçalo o peso daqueles que, no mínimo, o segundo grau completo ficou acima de 30%.

A diferenciação espacial do perfil de instrução e de renda na periferia não encontrou uma correspondência direta com o tipo de inserção do migrante no mercado de trabalho. Neste caso o corte mais significativo foi entre, de um lado, os municípios de São

João de Meriti, Caxias e Nova Iguaçu, que receberam um contingente relativamente maior de trabalhadores no setor da indústria de transformação (mais de 18% dos migrantes ocupados) e ainda de trabalhadores empregados no setor privado (mais da metade dos migrantes ocupados), e, de outro lado, os municípios de Magé, Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba e Maricá que apresentaram um percentual mais elevado (acima de 10%) de migrantes ocupados no setor da construção civil e de prestação de serviços (mais de 34%, com exceção de Itaguaí) e também de trabalhadores autônomos (mais de 20%). Nesse grupo, Mangaratiba e Maricá se destacam pela alta proporção de migrantes trabalhadores domésticos (mais de 17%), o que pode ser explicado pelo aumento, visto anteriormente, dos segmentos de mais alta renda, nos dois municípios, que geram demanda por esse tipo de atividade. Já o perfil do trabalhador que chegou em São Gonçalo e Nilópolis (da mesma forma que o perfil de renda e instrução) foge um pouco do perfil encontrado nos demais municípios periféricos, aproximando-se mais do perfil dos migrantes que se dirigiram para a capital, onde o setor de demais serviços tinha maior peso.

Até agora, foi analisado o perfil dos migrantes intrametropolitanos que se deslocaram para uma das áreas periféricas. Para fechar o quadro sobre a mobilidade espacial na periferia e sua relação, na década de 80, com as possíveis alterações no padrão de desigualdades socioespaciais será feita, a seguir, uma comparação entre o perfil de renda dos que entraram e o perfil dos que saíram das três áreas localizadas na periferia metropolitana<sup>24</sup>.

A diferenciação no perfil de renda entre os migrantes que entraram e os que saíram das áreas periféricas na década de 80 não é muito significativa, especialmente no que se refere ao peso dos migrantes pobres (até 2 salários). Verifica-se que, de uma maneira geral, o perfil de renda dos que entraram era ligeiramente inferior ao dos que saíram, na medida em que a participação dos pobres entre os que chegaram era um pouco maior do que a observada entre os que saíram, enquanto a participação dos migrantes nas faixas acima de 5 salários era menor entre os que chegaram. No entanto, na escala municipal há variações nesse quadro. Os municípios de Nilópolis, São João de Meriti, Caxias, Mangaratiba, Maricá e São Gonçalo, mais uma vez, diferenciam-se dos demais ao apresentarem uma proporção maior tanto de pobres quanto de pessoas com mais de 10 salários entre os que saíram (relativamente aos que entraram). Apenas as faixas médias tiveram maior peso entre os migrantes que entraram nesses municípios, o que permite pensar, em primeiro lugar, num inicial processo de fechamentos aos pobres de algumas áreas desses municípios, e, em segundo, na emergência de segmentos de mais alta renda que tenderiam a sair desses municípios para áreas mais valorizadas<sup>25</sup>.

Para concluir a análise do perfil dos migrantes intrametropolitanos falta examinar aqueles que chegaram (assim como os que saíram) nos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói na década de 80<sup>26</sup>. Em primeiro lugar, nos dois municípios há uma diferenciação no perfil de renda entre os que entraram e os que saíram, bem mais expressiva do

que a verificada na periferia. Em segundo, essa diferenciação dos perfis de renda era inversa   aquela referente às áreas periféricas. Com efeito, a população que saiu da capital e de Niterói agregava uma proporção de pobres e de pessoas com renda familiar entre 2 e 5 salários bem superior   encontrada entre os que entraram: no Rio de Janeiro, 42,8% dos que saíram para outros municípios da metrópole tinham renda de até 2 salários e 37,2% entre 2 e 5 salários, enquanto entre os que entraram na capital, 33,1% eram pobres e 31% estavam na segunda faixa. Já em relação aos segmentos de mais alta renda (acima de 10 salários), eles representavam apenas 6% dos que saíram e 14,7% dos que entraram. Em Niterói, a diferenciação era ainda maior: 35,8% dos que saíram do município eram pobres e outros 35,8% tinham renda entre 2 e 5 salários, enquanto entre os que entraram esses percentuais eram de apenas 23% e 24,5%, respectivamente. Aqueles com mais de 10 salários equivaliam a 10,5% entre os que saíram e 28,2% entre os que entraram. Evidencia-se, portanto, uma clara tendência ao "fechamento" desses dois municípios<sup>27</sup> aos segmentos mais pobres, que saíram em massa para as periferias e entraram em proporção mais reduzida. Foram 104 mil pobres que se deslocaram do Rio de Janeiro para a periferia ou Niterói e apenas 14 mil que entraram na capital na última década. Em Niterói, saíram 16 mil e entraram 8 mil.

Se os migrantes intrametropolitanos que foram para a periferia nos anos 80 eram claramente mais pobres do que aqueles da década anterior, o mesmo não se verificou em relação aos migrantes que se deslocaram para a capital e para Niterói. A mudança mais significativa no perfil de renda desses migrantes, entre as duas décadas, foi a redução no peso dos miseráveis e elevação no peso dos pobres não miseráveis. Assim, a participação dos pobres (renda familiar até 2 salários) entre os migrantes quase não se alterou, no entanto, os miseráveis (renda familiar até 1 salário), que representavam 20,5% dos migrantes que entraram na capital e 15,6% dos que foram para Niterói, na década de 70, passaram a representar somente 14,5% e 11,5% na década seguinte (Tabela 10). Essa evidência fortalece a hipótese do "fechamento" dos dois municípios por meio, talvez, da ausência de alternativas de acesso   terra (mesmo as favelas) para os miseráveis.

Mesmo com a queda no percentual de miseráveis, os migrantes intrametropolitanos que foram para a capital ou mesmo para Niterói ainda apresentavam, nos anos 80, um contingente de miseráveis relativamente alto se comparado o segmento de mais alta renda: 14,5% de miseráveis e 14,7% de pessoas com mais de 10 salários, no caso do Rio de Janeiro. Em Niterói, o peso dos segmentos de mais alta renda entre os migrantes era expressivamente maior que no Rio de Janeiro: 11,5% de miseráveis e 28,2% de migrantes com mais de 10 salários (Tabela 10). Tal diferenciação no perfil de renda entre os que se mudaram para a capital e para Niterói foi também observada no perfil educacional desses migrantes. Em ambos os municípios (assim como na periferia) houve uma elevação no nível de instrução dos migrantes ativos, caindo consideravelmente a participação daqueles sem instrução e com primário completo e aumentando o peso da parcela com

segundo grau e nível superior. Essa melhora, no entanto, não chegou a alterar a diferença, já vista na década anterior, entre os dois municípios: enquanto na capital 15% dos migrantes tinham nível superior (porcentual bem mais elevado que o referente às áreas periféricas), em Niterói esse porcentual foi de 31,5%. É interessante notar a estreita relação entre os perfis de renda e instrução desses migrantes.

No que se refere à forma de inserção no mercado de trabalho, os migrantes intrametropolitanos da capital e de Niterói se diferenciaram daqueles da periferia pela maior proporção do pessoal ocupado no setor de demais serviços (especialmente em Niterói), dos empregados no setor público e, em menor escala, dos empregadores. A participação dos migrantes trabalhando na construção civil e dos trabalhadores domésticos não era muito diferente da verificada na periferia. Aqui vale uma comparação entre os trabalhadores que se deslocaram de outras áreas da metrópole para o município do Rio de Janeiro e aqueles que vieram do Nordeste e do interior do próprio estado. Fica claro que aqueles que já estavam na metrópole estavam estabelecidos em melhores postos de trabalho do que os que vieram do Nordeste e mais ou menos no mesmo padrão dos interioranos. Entre os nordestinos, 21,2% eram trabalhadores domésticos; 9,8% estavam inseridos no setor da construção civil e 50,3% no setor de prestação de serviços. Entre os interioranos, esses percentuais eram de 15,3%, 6,5% e 36,7% e entre os originários da própria metrópole, 10,2%, 5,6% e 27,9% (Tabelas 7 e 8). No entanto, os perfis de renda dos três grupos de migrantes indicam uma expressiva superioridade das condições monetárias dos interioranos em relação aos migrantes intrametropolitanos: 25,5% dos que saíram do interior para a capital, na década de 80, tinham renda familiar acima de 10 salários, enquanto 24,8% eram pobres; entre os intrametropolitanos, 15,3% estavam na faixa superior e 34,1% na inferior (Tabela 5). Essa menor proporção de pobres entre os migrantes do interior pode estar expressando não só o “fechamento” do município do Rio de Janeiro (assim como o de Niterói) para esses segmentos<sup>28</sup> como também a saída de parcela dos trabalhadores de baixa renda, especialmente trabalhadores rurais das áreas mais estagnadas no norte do estado, para outros estados do País ou para cidades médias no próprio estado, diminuindo a pressão sobre a capital.

O contingente de migrantes intrametropolitanos que foram morar nas favelas do município do Rio de Janeiro correspondeu a 16,4% do total dos migrantes intrametropolitanos, porcentual bem inferior aos 30% referentes aos nordestinos. Desses 16,4%, um pouco mais da metade (55,2%) tinha renda familiar de até 2 salários, ou seja, os que se assentaram nas favelas eram mais pobres que o conjunto dos migrantes intrametropolitanos, dos quais 33,1% estavam nessa faixa. Chama a atenção, no entanto, o fato de quase a metade daqueles que foram para favelas terem uma renda acima de 2 salários, sendo que 16,4% acima de 5 salários. Morar na favela não seria uma alternativa apenas para os extremamente pobres, além de que, em muitas favelas cariocas, ter maiores rendimentos é uma das condições para se entrar. Se a favela não é a principal alternativa de

moradia dos migrantes, nem mesmo dos mais pobres (apenas 30% dos pobres vindos de outros municípios da metrópole foram morar nas favelas), qual o padrão habitacional predominante?

O padrão da moradia de destino dos migrantes intrametropolitanos, nos anos 80, corresponde às mudanças verificadas na dinâmica imobiliária e às diferencia es espaciais baseadas no perfil socioecon mico dos migrantes. O indicador da condi o de ocupa o do domicílio (rela o de propriedade do imóvel) evidencia um percentual de migrantes com a propriedade "plena"<sup>29</sup> do imóvel relativamente alto em Niterói, e nas periferias em consolida o e expansão. Na periferia consolidada e no município do Rio de Janeiro, o peso dos domicílios alugados se mostrou superior, em rela o às demais áreas. No entanto, esses percentuais podem significar fen menos bastante distintos. Assim, em Niterói, a alta propor o de migrantes proprietários (53,6%) estaria evidenciando a expansão da produ o empresarial no município, em particular na primeira metade da década, possibilitando o acesso   casa própria de segmentos médios, principalmente do Rio de Janeiro. Tal expansão se daria tanto por meio de condomínios de casas nas áreas de expansão da orla quanto de edifícios de apartamentos nas áreas centrais: a propor o de migrantes que foram morar em casas e apartamentos foi mais ou menos a mesma (48,7% para casas e 51,3% para apartamentos) (Tabela 11). Cabe observar que houve maior tendência, nos anos 80, dos migrantes irem morar em casas, comparando-se as duas últimas décadas: na década de 70, 42,3% foram residir em casas e, na década seguinte, 48,7%.

No caso das periferias em consolida o e em expansão, o alto percentual de imóveis próprios entre os migrantes (54,3% e 52,5%, respectivamente) expressaria o padrão de moradia predominante nessas áreas, ou seja, a casa autoconstruída, e ainda, mas em menor escala e apenas em algumas áreas específicas, a expansão da produ o empresarial de condomínios, horizontais e verticais, de classe média<sup>30</sup>. Já a periferia consolidada apresentou um percentual relativamente maior de imóveis alugados entre os migrantes (42,1%), o que pode indicar a conjuga o de dois fen menos: (i) a estagna o na oferta de novos imóveis (tanto formal quanto informal, que nessa área teria que ser mediante verticaliza o, na medida em que Nilópolis e São João de Meriti são municípios com altíssimas taxas de ocupa o e densidade<sup>31</sup> e (ii) o crescimento de segmentos sociais de mais alta renda, criando uma demanda para o mercado de aluguel. Nessa  rea manteve-se a predominância das casas como alternativa para os migrantes (96,2%), tendo ocorrido um ligeiro aumento entre as décadas no percentual dos que foram morar nesse tipo de domicílio.

Quanto ao município do Rio de Janeiro, a propriedade plena foi predominante (44,5%) entre os migrantes da década, não chegando, entretanto, ao nível de Niterói. O percentual de migrantes em domicílios alugados também foi elevado (31,5%)<sup>32</sup>. Como a maior parte dos migrantes intrametropolitanos (64,8%) foi morar em casas, que na capi-

tal concentram-se nos subúrbios e zona oeste, pode-se supor que a principal forma de acesso à cidade pelos novos residentes tenha sido a compra de uma casa nas áreas de expansão<sup>33</sup> (zona oeste e Anchieta, para o de mais baixa renda, e Jacarepaguá e Barra da Tijuca, para os setores médios), que apresentaram, ainda nos anos 80, altas taxas de crescimento demográfico (Tabela 1). O Rio de Janeiro evidenciou também um percentual expressivo dos dois indicadores de condição de ocupação “informal”, ou seja, a propriedade somente da construção e o domicílio cedido: cada uma dessas construções serviu de alternativa para cerca de 11% dos migrantes intrametropolitanos, sendo esses os maiores percentuais entre as áreas da metrópole. É possível se pensar que a primeira condição estaria mais atrelada a domicílios em favelas e a segunda a domicílios em áreas periféricas, onde a menor densidade permitiria a construção de mais de uma moradia no mesmo lote, a ser cedido ou alugado. De fato, verifica-se que na periferia em expansão a proporção de migrantes em domicílio cedido é semelhante à da capital e um pouco mais elevada que a das demais periferias, enquanto a moradia sem a propriedade do terreno é inferior.

Tabela 11 – População migrante intrametropolitana segundo o tipo do domicílio de destino, por área de destino na RMRJ; década de 80

Municípios	Casa	Apto.	Total
Rio de Janeiro	64,8%	35,2%	100,0%
Niterói	48,7%	51,3%	100,0%
Perif. consolidada	96,2%	3,8%	100,0%
Perif. em consolid.	95,7%	4,3%	100,0%
Perif. em expansão	87,2%	12,8%	100,0%
RMRJ	87,1%	12,9%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1991.

O empobrecimento da população migrante (assim como da população metropolitana como um todo), na última década, foi acompanhado pela redução do tamanho de sua moradia de destino. Na década de 70, 34,4% dos migrantes intrametropolitanos havia se mudado para domicílios de apenas um quarto e 46,7% para os de dois quartos; na última década esses percentuais subiram para 36,2% e 49% enquanto a proporção daqueles que foram para imóveis de três quartos caiu de 16,1% para 13,2%. Essa tendência à diminuição do tamanho da moradia entre os migrantes ocorreu em todas as áreas<sup>34</sup>, sendo que em Niterói e no Rio de Janeiro a queda no percentual de migrantes em domicílios de três e quatro ou mais quartos foi bastante expressiva. No entanto, mesmo com essas mudanças, os dois municípios continuaram abrigando, em relação às demais áreas, um percentual maior de migrantes em domicílios com mais de três dormitórios. Tal diferenciação espacial pode estar relacionada a dois fatores: o primeiro diz respeito à relação

entre oferta de imóveis e o perfil social dos migrantes, sendo que quanto maior a proporção de imóveis grandes, maior a proporção das camadas médias entre os migrantes. O segundo fator refere-se   baixa densidade e   maior incidência de famílias numerosas ou ampliadas nas áreas periféricas mais distantes, em fase de expansão, onde observa-se ao mesmo tempo um percentual expressivo de migrantes em domicílios com três quartos e uma enorme proporção de pobres. Em Itaboraí, por exemplo, 15,8% dos migrantes foram morar em imóvel com três ou mais dormitórios, enquanto em Caxias, ou mesmo em Nilópolis, esse percentual foi inferior (10,4% e 12,8%, respectivamente).

## Considera es finais

A década de 70 foi marcada por três tendências gerais referentes aos fluxos populacionais. A primeira referia-se ao "fechamento" das áreas valorizadas aos pobres e   consolida o de um padrão de estrutura o socioespacial profundamente desigual, com o deslocamento de um enorme contingente de pobres do núcleo para a periferia. A segunda tendência aparecia como uma contratendência a tal "fechamento", na medida em que o núcleo ainda se mantinha "aberto" a um grande volume de migrantes de longa distância, majoritariamente pobres e com baixa qualifica o. A terceira tendência podia ser vista como contratendência   consolida o de um padrão atual de desigualdades socioespaciais ao evidenciar a moderniza o do mercado imobiliário e a chegada de setores médios em determinadas localidades na periferia. A periferia, já nos anos 70, não seria apenas o locus da pobreza e das precárias condi oes urbanas de vida.

O que se viu, na década de 80, foi a consolida o de algumas tendências do período anterior e o recuo de outras. As mudanças referentes aos fluxos intrametropolitanos tiveram estreita rela o com a conjuntura de crise, já apontada anteriormente. Com efeito, a primeira evidência foi o empobrecimento dos migrantes de uma maneira geral<sup>35</sup>, sendo que aqueles que saíram do núcleo continuaram sendo mais pobres do que os demais. Aumentou a participa o dos miseráveis entre os que se deslocaram da capital para a periferia, o processo de faveliza o na última década não resultou da mobilidade espacial dos pobres em dire o   capital, mas, fundamentalmente, da mobilidade social descendente dos já residentes.

A segunda evidência foi o afluxo ainda grande dos migrantes de longa distância, especialmente nordestinos, apesar da expressiva redu o do volume. Tal redu o foi em parte compensada pelo aumento da chegada de migrantes do interior do estado do Rio de Janeiro, embora o seu perfil de renda e instru o fosse mais elevado que o dos nordestinos. Essas tendências confirmam, de certa maneira, a idéia do "fechamento" do núcleo ao indicarem uma redu o, na década de 80, na entrada dos migrantes de mais baixa renda na capital.

A terceira e última evidência aponta a continuidade dos deslocamentos de setores médios para a periferia, mas ainda de forma (espacial e quantitativamente) restrita. A maior diversidade social da população migrante em alguns municípios periféricos era nítida, indicando o crescimento de alternativas habitacionais acessíveis para as camadas médias que sofreram perda de rendimentos no período de crise. Mantém-se, portanto, nos anos 80, a contratendência à consolidação do padrão dual de estruturação urbana, ao se expandir na periferia pequenos núcleos.

Luciana Corrêa do Lago  
IPPUR/UFRJ

## Notas

- 1 Segundo Sabóia (1994), a taxa de crescimento do PIB, que historicamente era da ordem de 7% ao ano, caiu, no período 1981-1992, para 1,3% ao ano, inferior ao crescimento populacional, de 1,9% ao ano. Conseqüentemente, houve redução do PIB per capita (Sabóia, 1994).
- 2 A produção imobiliária nos anos 80 se caracterizou por períodos de expansão e crise, mas com tendência à perpetuação da crise ante a crescente importância do mercado financeiro como captador dos recursos flutuantes, reduzindo, assim, a capacidade do setor imobiliário em atrair investimentos.
- 3 Até 1983, não só esses bairros suburbanos, mas também Botafogo, na Zona Sul, e Vila Isabel, na Zona Norte, tinham forte participação na produção (Cardoso e Ribeiro, 1996).
- 4 A Caixa Econômica Federal teve participação significativa no financiamento dos empreendimentos, ao longo dos anos 80, privilegiando os pequenos e microincorporadores (Ribeiro, 1996).
- 5 Segundo Britto, “os loteadores que dominam a produção imobiliária na zona oeste são grandes e médias empresas construtoras-loteadoras, que estabelecem-se na região nas décadas de 60 e 70, e ao longo do tempo constituem um estoque de terras, passando a loteá-las”. (Britto, 1990, p. 164). Na realidade, os grandes incorporadores representavam apenas 6% dos empreendedores que atuavam na área, mas concentrando cerca de 42,6% da produção medida em número de unidades. Grande parte dos loteamentos eram comercializados com casas padronizadas, com área média de 60m<sup>2</sup> e dois ou três quartos.
- 6 Os serviços de eletricidade da Light-Serviços de Eletricidade S.A. atingiam, em 1991, mais de 95% dos domicílios localizados em sua área de ação, independentemente da situação legal desses domicílios.
- 7 Os fundos de pensão acumularam “em dez anos de criação no país, um patrimônio de US\$25,0 bilhões, dos quais US\$5,0 foram aplicados em shopping-centers, edifícios comerciais e hipermercados” (Melo, 1995, p. 256). Para Melo, o surgimento dos fundos, assim como o boom de imóveis comerciais no final dos anos 80, são dois processos associados a uma das mudanças estruturais no padrão de acumulação, a saber, a financeirização da economia (Melo, 1995).
- 8 O exemplo mais evidente dessa desestabilização é a crise em que se encontra o pólo de confecção e venda de jeans, localizado no município periférico de São João de Meriti, desde que foi inaugurado o shopping na mesma área.

- 9 Os dados disponíveis sobre crescimento dos residentes em favela entre 1980 e 1991 estão agregados segundo as cinco áreas de Planejamento do Município do Rio de Janeiro:
- AP1: Portuária, Centro, Rio Comprido, São Cristóvão e Santa Teresa
  - AP2: Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca e Vila Izabel
  - AP3: Ramos, Penha, Inhaúma, Méier, Irajá, Madureira, Ilha do Governador, Anchieta e Pavuna
  - AP4: Jacarepaguá e Barra da Tijuca
  - AP5: Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba
- 10 O percentual de favelados residindo na zona sul se manteve em queda nas décadas de 70 e 80: em 1970 elas equivaliam a 9,6% do total de favelados, em 1980 a 9,1% e, em 1991, a 8,3%. As regiões da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, por outro lado, abrigavam em 1980 apenas 3,8% dos favelados da cidade, passando a abrigar 7,8% em 1991.
- 11 Considerando o número de apartamentos nas favelas como um possível indicador de verticaliza o, verifica-se que, em 1991, apenas nas áreas de maior densidade demográfica – AP2 e AP3 – as favelas apresentavam um número significativo de apartamentos: 7,5% do total de domicílios na AP2 e 3,8% na AP3.
- 12 Em três bairros suburbanos, mais de 80% da popula o residia em favelas em 1991: Barros Filho (Pavuna) com 85,35%, Acari (Pavuna) com 80,71% e Jacaré (Inhaúma) com 80,52%.
- 13 Grande parte dos loteamentos populares no Rio de Janeiro foram implementados por agentes descapitalizados que realizavam a opera o por etapas, sem investir previamente grande soma de recursos. Quanto   forma de comercializa o, a prática era, até o início do processo inflacionário mais acelerado, no final da década de 70, a venda dos lotes por meio de presta es pré-fixadas. Foi essa forma de produ o que sofreu retra o na década de 80. No entanto, já há indícios (por meio de estudos ainda não sistemáticos) de que começam a se difundir, nos anos 90, novas formas de aquisi o de lote pelas camadas de baixa renda, em que o loteador passa a ter o papel de gerenciador do processo de ocupa o ilegal de uma gleba a ser apropriada por um grupo de pessoas. Há um “acordo” entre o loteador e os futuros moradores no que se refere   não-titula o da propriedade e ao não-cumprimento das exigências urbanísticas (Lago e Ribeiro, 1996).
- 14 Em São Paulo, o desestímulo   oferta de lotes na periferia teve início na década de 70, em fun o da rigidez da regulamenta o e do montante de investimentos necessários para a implementa o de um loteamento (Taschner, 1992).
- 15 Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991.
- 16 Em seus quatro anos de existência, o programa regularizou 16 mil lotes em todo o estado mediante contratos particulares de promessa de compra e venda (Lago, 1990).
- 17 Chegou-se ao número de migrantes vindos de fora da região metropolitana subtraindo do total de migrantes, os migrantes intrametropolitanos (Tabela 2).
- 18 A análise do fen meno migratório na década de 80 não contará com informa es intramunicipais, como as referentes   década de 70, em fun o da não disponibilidade dos dados da amostra do Censo de 1991 numa escala inferior   do município.
- 19 Para o município do Rio de Janeiro, o saldo migratório foi de menos 261 mil pessoas na década de 70, caindo para menos 194 mil na década de 80. Para Niterói, os saldos foram de menos 19 mil e de menos 6 mil nos mesmos períodos.
20. Todos os municípios da periferia em expansão, com exce o de Itaguaí, apresentaram redu o, na década de 80, no número de pessoas que se deslocaram para a capital.
21. Em 1970, a participa o dos migrantes nas favelas do Rio de Janeiro variava de 35% em Jacarepaguá a 65% em Anchieta (Castro, 1979).

22. Os nordestinos que se dirigiram para as favelas na década de 80 representavam 30% do total de nordestinos que migraram para a cidade do Rio de Janeiro nesse período (censo 1991; tabulação especial).
23. dados tabulados do Censo Demográfico de 1991.
24. É importante lembrar que o contingente dos que entraram na periferia foi bem superior aos dos que saíram, chegando a uma proporção de três para um na periferia em expansão.
25. Apenas em Maricá o peso dos migrantes de mais alta renda entre os que saíram foi menor do que entre os que lá chegaram na última década.
26. Ao contrário da periferia, o contingente de migrantes intrametropolitanos que saiu do município do Rio de Janeiro era meio maior (cerca de seis vezes mais) do que o contingente que entrou. Em Niterói essa relação era mais equilibrada.
27. Possivelmente o “fechamento” do Rio de Janeiro aos pobres se restringiu a determinadas áreas da capital, o que somente com dados numa escala menor poderá confirmar. No entanto, no capítulo anterior, observou-se que a zona oeste e algumas áreas do subúrbio receberam, na década de 70, migrantes majoritariamente pobres enquanto as zonas sul e norte, uma população socialmente heterogênea. Pode-se pensar que na década de 80 manteve-se essa maior “abertura” das zonas mais periféricas da cidade aos segmentos de menor renda.
28. Tal “fechamento” se confirma na medida em que a proporção de pobres entre os interioranos que foram para a periferia metropolitana foi bastante elevada, superior, inclusive, a dos migrantes intrametropolitanos.
29. O Censo de 1991 faz uma distinção entre o domicílio em que a construção e o terreno são próprios (que denominei propriedade plena) e aquele em que apenas a construção é própria e que, portanto, a ocupação do terreno é ilegal. Isso não quer dizer que os imóveis de propriedade plena sejam legais, ou seja, que seus proprietários tenham a escritura do imóvel. De fato, essa diferenciação expressa a compreensão que cada morador tem em relação ao seu direito sobre a propriedade. Assim, o morador num loteamento irregular tende a se declarar como proprietário pleno, enquanto o morador de favela como proprietário de construção.
30. Em São Gonçalo, 20% dos que chegaram de outros municípios metropolitanos, nos anos 80, foram morar em apartamento, o que pode indicar a expansão do padrão empresarial no município, iniciado na década anterior. Houve um aumento significativo no percentual de migrantes que foram morar em apartamento, entre as duas décadas: 8,1% na década de 70 e 20,1% na última década. A mesma tendência foi vista em Nova Iguaçu, embora numa proporção bem inferior a São Gonçalo: 3,9% na década de 70 e 5,6% na década de 80.
31. Nada indica que haja uma tendência à verticalização nessa área: os apartamentos correspondiam a apenas 3,2% do estoque, em 1991.
32. É interessante observar que a proporção de migrantes intrametropolitanos residindo em imóvel alugado ou cedido, tanto na capital quanto nas demais áreas, era superior à da população como um todo. Cerca de 25% dos residentes na capital, em 1991, moravam em domicílio alugado e cerca de 6% em cedido, enquanto entre os migrantes esses percentuais eram de 31,5% e 11,9%. Possivelmente, depois de algum tempo de permanência no município, uma parcela dos migrantes investe na compra de um imóvel.
33. Verifica-se que entre as duas décadas aumentou a proporção de migrantes que foram residir em casas na capital (de 56,4% para 64,8%), o que pode ser uma indicação da crise, nos anos 80, do setor imobiliário de ponta voltado para a produção de edifícios de apartamentos.
34. Somente o município de Maricá apresentou um aumento, entre as duas décadas, no percentual de migrantes em domicílios de três quartos (de 13,2% para 16,7%).

## Referências bibliográficas

- CASTRO, M. G. (1979). *O migrante na cidade do Rio de Janeiro*. Disserta o de mestrado defendida na COPPE – UFRJ, Rio de Janeiro.
- CUNHA, J. M. P. (1997). A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças no padrão migratório nacional: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Anais do 7  encontro Nacional da ANPUR, v. 1, pp. 21-41.
- FARIA, V. (1992). A conjuntura social brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 33, jun.
- FONSECA, M.S. (1996). *Reestrutura o e segrega o espacial em Pendotiba: a luta pelo lugar na cidade*. Disserta o de mestrado defendida no IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro.
- FURLANETTO, D. A. et alii (1987). Promo o imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 49, n. 2, abr/jun, pp. 27-56.
- LAGO, L. C. (1990). *O movimento de loteamentos do Rio de Janeiro*. Disserta o de mestrado defendida no IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro.
- LAGO, L. C. e RIBEIRO, L. C. Q. (1996). "A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradia nas grandes cidades". In: RIBEIRO, L. C. Q. e AZEVEDO, S. (orgs.). *A crise da moradia nas grandes cidades*. Rio de Janeiro, UFRJ, PP. 33-48.
- MARTINE, G. (1993). *A redistribui o espacial da popula o brasileira durante a década de 80*. Documento de trabalho, Instituto Sociedade, Popula o e Natureza, Brasília, mimeo.
- RIBEIRO, L. C. Q. (1996). "Incorpor o imobiliária: características, dinâmica e impasses". In: RIBEIRO, L. C. Q. e AZEVEDO, S. (orgs.). *A crise da moradia nas grandes cidades*. Rio de Janeiro, UFRJ, pp. 105-118.
- RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. C. (1995). Dinâmica metropolitana e os novos padrões de desigualdade social. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 2, abr-jun, pp. 25-32.
- ROCHA, S. (1994). "Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras". In: RIBEIRO, L. C. Q. e SANTOS JUNIOR, O. A. *Globaliza o, fragmenta o e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civiliza o Brasileira, pp. 121-145.
- SAB OIA, J. (1994). "Tendências do mercado de trabalho metropolitano: des(assalariamento) da mão-de-obra e precariza o das rela es de trabalho". In: RIBEIRO, L. C. Q. e SANTOS JUNIOR, O. A. *Globaliza o, fragmenta o e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civiliza o Brasileira, pp. 93-119.
- SILVA, J. K. T. (1995). *Homogeneidade x heterogeneidade sócio-espacial em Nova Iguaçu*. Monografia de bacharelado em geografia submetida ao Instituto de Geociências – UFRJ, Rio de Janeiro.
- TASCHNER, S. P. (1992). *Mudanças no padrão de urbaniza o: novas abordagens para a década de 90*. Trabalho apresentado na reunião "Por uma agenda da pesquisa urbana nos anos 90". Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo.